



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Moro, Maria Lucia Faria

Notações da Matemática Infantil: Igualar e Repartir Grandezas na Origem das Estruturas
Multiplicativas

Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 17, núm. 2, 2004, pp. 251-266
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18817213>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Notações da Matemática Infantil: Igualar e Repartir Grandezas na Origem das Estruturas M

Maria Lucia Faria Moro^{1,2}
Universidade Federal do Paraná

Resumo

O estudo trata da aprendizagem das estruturas aditivas em sua passagem às multiplicativas conforme o modelo de aprendizagem de Vergnaud sobre campos conceituais. Descreve a natureza e as transformações de notações de igualização e de repartição de grandezas, e verifica a significação das notações produzidas no exame das estruturas entre aquelas estruturas. Os 12 participantes (6,4 a 9,5 anos de idade), alunos de duas escolas públicas de duas regiões metropolitanas diferentes, executaram, em triâdes, tarefas com momentos alternados de execução e interpretação do executado. A análise qualitativa microgenética dos dados videografados resultou em tendências de transformação conceitual reveladas pelas notações. A discussão sublinha a natureza e as relações psicogenéticas das notações descritas, e o lugar relevante, nas relações psicogenéticas entre as estruturas consideradas, de esquemas inerentes à igualação e repartição.

Palavras-chave: Notações matemáticas; iniciação aritmética; estruturas aditivas e multiplicativas.

Notations from Children's Mathematical Thinking:
Equalizing and Dividing Quantities at the Roots of Multiplicative Structures

Abstract

The paper concerns the learning of additive structures on its way to the multiplicative ones according to the model of learning proposed by Vergnaud about conceptual fields. It describes the nature and the changes of children's notations of equalization and partition of quantities, and verifies the meaning of those notations in the relationship between those structures. The 12 participants (6,4 to 9,5 years old), attending two State Elementary Schools of two different metropolitan areas, performed in triads the tasks, which alternated moments of notations production and their interpretation. The qualitative microgenetic analysis of videotaped data resulted in tendencies of conceptual transformations shown by the notations. The discussion underlines the nature of the described notations, and the relevant role of equalization and repartition as inherent schemata to the problem between the focused structures.

Keywords: Mathematical notations; arithmetical initiation; additive and multiplicative structures.

Na literatura contemporânea de psicologia da educação matemática, é marcante a presença de resultados que apontam para o expressivo lugar que os sistemas de notação matemática ocupam na compreensão de conceitos e relações da matemática na escola, como também para a complexa elaboração desses sistemas como objeto de conhecimento em si próprios.

O estudo ora relatado foi realizado com os seguintes objetivos: o de descrever a natureza e as transformações de

ótica construtivista de Piaget, a passagem das estruturas aditivas e sua passagem às multiplicativas, e de 1ª e de 2ª séries do ensino fundamental.

A publicação em 1941 das *Princípios de Psicogenética* da gênese do número nas crianças, de Jean Piaget, constituiu-se em um "divisor de problemas" para a compreensão das quatro operações aritméticas e o seu conhecimento em construção.

A identificação e descrição das estruturas

Uma das formulações mais interessantes e produtivas a esse respeito veio da teoria dos campos conceituais de Gérard Vergnaud (Ex.: Vergnaud, 1981, 1990, 1994).

Essa perspectiva permite ver as operações de adição e de subtração como parte do campo conceitual das estruturas aditivas, e as de multiplicação e divisão como parte do campo das estruturas multiplicativas. Configuram-se essas operações como sistemas de esquemas de várias ordens, aplicáveis a diversas situações, e que se coordenam progressivamente em uma construção complexa, em níveis psicogenéticos diferentes, não limitados aos da aritmética. Logo, têm um processo de compreensão que vai além do período da escolaridade fundamental.

Construir um conceito também quer dizer elaborar um conjunto de representações simbólicas interrelacionadas. Porém, Vergnaud (1981, 1989-1990, 1990) alerta para a importante diferença entre o conceito e sua representação, entre os significados conceituais e os sistemas de significantes que os expressam. Não fazer esta diferença traria, em matemática, a idéia errônea de que os símbolos e as operações sobre eles são a essência do conhecimento matemático.

Vergnaud (1994) vale-se das idéias de esquema (organização invariante da conduta para determinada classe de situações, na acepção utilizada pela epistemologia genética) e de situação, para sustentar a possibilidade de comunicação na aprendizagem da matemática na escola. Neste contexto (como em outros), há dificuldades de comunicação pela ausência de correspondência plena entre significantes e significados ou pelas ambigüidades da língua, mas principalmente por causa de os alunos disporem de esquemas conceituais diversificados (invariantes operatórios diferentes). E estes os levam a interpretar de várias maneiras os símbolos matemáticos, as formas lingüísticas empregadas no ensino, as quais trazem, por si sós, muitas armadilhas.

O conceito de esquema permite a Vergnaud (1996) entender as relações e as defasagens entre saberes em atos e saberes teóricos, quando esses saberes permitem a ação em domínios onde a teoria é pobre ou inexistente, defasada, ou quando a teoria é contradita pelas situações.

explicitação (via diferentes linguagens) na função de comunicar objetos e suas relações, os conceitos, trazendo novos esquemas. Isto analisa o papel da linguagem, dos sistemas de identificação e na delimitação de domínios para a linguagem natural e sem o simbolismo é impossível..." (Vergnaud, 1996, p. 289).

Portanto, afora permitir tratar de modo integrado as quatro operações da aritmética clássica, os campos conceituais, e de dar espaço para estudar as situações psicogenéticas, a teoria dos campos conceituais sobremaneira ao ensino escolar porque permite analisar a relação dialética ali ocorrente entre a prática e verbalização teórica (Vergnaud, 1996). Assim, elementos pertinentes para se trabalhar os conceitos segundo a perspectiva da imprecisão do processo da tomada de consciência da realidade, para haver seu processo de conceitualização, para ser estudada sua explicitação notacional, transformadora desse processo de construção.

Essas são algumas das razões para que, ao olhássemos as notações das crianças, interpretadas, como dimensão transformadora de construção conceitual focalizado, mostrando a aprendizagem em que momentos de execução (material), referentes aos aspectos conceituais, alternados, não só com os de interpretação executada, mas, sobretudo, com os de produção das realizações práticas e de interpretação. Nesse gênero de situação, as hipóteses propostas são referência principal à ativação, pelo ato, fatores da construção dos esquemas conceituais.

O interesse de estudiosos pela natureza das notacionais da matemática tem-se traduzido, nos últimos anos, por pesquisas recentes, por vários de tipos de investigação.

Estudos sobre a psicogênese do sistema numérico árabe convencional retratam as fases precoces, a complexa atividade das crianças, a sua evolução, e a sua relação com a significação das operações matemáticas.

significativa do sistema da escrita numérica (H. Sinclair, 1988, 1990; H. Sinclair & A. Sinclair, 1986). É assim que, no processo de elaboração de hipóteses sobre o significado dos numerais escritos, há o apoio fundamental em noções de transcodificação oral e escrita na seqüência dos numerais, conforme hipóteses aditivas presentes na compreensão do valor posicional dos algarismos (Sinclair & Scheuer, 1993; Sinclair, Tièche-Christinat & Garin, 1994).

Para as autoras citadas, ao se construir na escola um conceito da aritmética, a notação correspondente deve ser trabalhada conforme a seguinte diretiva: as marcas espontâneas das crianças devem ser compreendidas e seguidas para, a partir delas, ser provocada a produção de outras, mais avançadas, sempre segundo os esquemas de interpretação das próprias crianças. O caminho a seguir deve ser então o da figuração em desenho antes da escrita formal, a menos que a criança expresse esta por si mesma, significativamente (H. Sinclair, 1988).

Essa posição responde à questão do tão freqüente confronto e divórcio entre as elaborações matemáticas próprias das crianças e as formas convencionais escolares de representação dos conceitos matemáticos (Ex.: Carraher, Carraher & Schliemann, 1989).

Importante amostra de idéias sobre o ensino dos sistemas de representação da matemática vem das intervenções feitas em simpósio do CIRADE (Centre Interdisciplinaire de Recherche sur l'Apprentissage et le Développement en Éducation, da Universidade do Québec) (Janvier, 1987). Autores como Lesh, diSessa, Janvier, Kaput, Bélanger, Mason, Goldin, Dufour-Janvier, Bednarz realçam o trabalho escolar com os sistemas representacionais diversificados da matemática, destacando-lhes os benefícios. Entretanto, também apontam a necessidade de ser considerado o que os sistemas de representação significam para os alunos, dado que a construção por estes desses vários sistemas é a meta essencial.

Outros trabalhos sobre o aprendizado da numeração escrita mostram que crianças muito pequenas, de ambientes de origem indígena, realizam operações matemáticas

numérica, como a recursão, a soma, o sistema, o valor posicional dos algarismos (Janvier, 1985; H. Sinclair & A. Sinclair, 1986).

Diferentes estudos oferecem evidências de dificuldades e resistências do processo de elaboração do sistema da numeração oral e escrita, que concerne à idéia de valor posicional:

- a identificação de três principais tipos de 1^a a 4^a séries em dominios de compreensão do valor posicional, do símbolo do zero, como a interpretação dos sinais de pontuação (vírgula, ponto, vírgula);
- a persistência de crianças que associam o signo numérico para representar algo absoluto. Mesmo após terem aprendido a associar o signo numérico ao valor de base de cada algarismo (Janvier, 1984; Kamii & DeClark, 1985);
- a dificuldade de crianças de compreenderem a significação lexical e sintáticos em tarefas de escrita de números, por conta da generalização de regras construídas para casos típicos (Janvier, 1991);
- a apreensão global do significado dos numerais por crianças de 4 a 6 anos (argentinhas). Mas, para compreenderem os significados dos algarismos, tentam combinar os algarismos entre si, em numerais multidígitos realizando combinações possíveis; o uso de operações aditivas; a posição ordenada dos algarismos e a definição do valor (Sinclair & Scheuer, 1993);
- o avanço de escolares na compreensão da numeração escrita quando associam o signo numérico “nós” (as potências de base 10) ao significado dos numerais dos seus interlocutores, falada intervém na compreensão da escrita vice-versa, quando algumas crianças que escrevem sobre essa escrita podem dizer que “nós” significam “nós” (Sadovsky, 1996). Na superação desse problema, as crianças devem ser estimuladas a refletir sobre o significado das operações matemáticas e a sua aplicação em situações de vida cotidiana.

Ainda Teixeira (2001), considerando que as relações entre representações internas e externas são cruciais no estudo da compreensão conceitual na matemática, mostra que alunos de 3^a e 4^a séries do nosso ensino fundamental têm dificuldades típicas de aprendizagem da numeração escrita. Elas seriam ligadas à ênfase inadequada do ensino na apreensão conceitual da idéia de agrupamentos aditivos ou multiplicativos do sistema de numeração, e na sua representação padrão. Para a autora, essas duas dimensões devem ser trabalhadas ao mesmo tempo na escola porque a apreensão conceitual e a representação semiótica são processos inseparáveis.

Por seu lado, Orozco-Hormaza (2002), em alunos colombianos das séries iniciais do ensino fundamental, examina se, na relação entre expressões numéricas verbais e a escrita de numerais no ensino, as regras que regem a notação numérica arábica estão mais ligadas a características morfossintáticas das expressões numéricas verbais, a características operatórias ou ao valor posicional do sistema de numeração. Seus resultados, mostrando erros coincidentes e universais das crianças, levam-na a propor que os erros sintáticos são erros de construção típicos de crianças que ainda não dominam as regras do sistema de notação numérica; mas os erros léxicos vêm de falhas da memória de trabalho, presentes quando as crianças já construíram aquelas regras.

Em síntese, conforme a literatura, poucas dúvidas há sobre o importante lugar da compreensão dos sistemas notacionais na aprendizagem dos conceitos matemáticos. Também há forte demonstração para a idéia de que esses sistemas de notação matemática, um produto cultural, são objetos de conhecimento que as crianças constróem de forma complexa, elaborando sobre eles hipóteses típicas, as quais fazem sentido pela natureza dos conceitos matemáticos e pelas características culturais próprias daqueles sistemas de representação.

Segundo tais perspectivas, configurou-se nosso interesse teórico e pedagógico em analisar a natureza e a transformação das notações das crianças referentes à construção das relações aditivas em sua passagem para as multiplicativas,

lugar, suas transformações forneceriam si estruturas multiplicativas nas aditivas, ao se trabalhadas, nas tarefas, a composição e a uma totalidade em partes equivalentes e/ou um invariante pensado como inerente estruturas em foco.

A assinalar que, ao igualar-desigualar *parciais* parcelas e/ou avaliar-lhes a diferença, colocar em jogo algumas das relações, d'Vergnaud (1985, 1989-1990, 1990), levam diversos tipos de problemas aditivo-subtração, relações, no caso: a composição de duas grandeza terceira; a transformação quantificada de uma em uma final; a comparação quantificada entre

É a própria literatura piagetiana (Piaget, 1971; Piaget, 1977; Piaget, 1996) que as expressivos a respeito da fecundidade das coleções quantitativas para inferências e de coleções pequenas, e que envolvem outros esquemas essenciais ao domínio ainda aritmético de aritmética, como sistema de operações inversas. São esquemas de correspondência biunívoca, decréscimo reiterado um a um de elementos ordenada, os quais permitem a elaboração lógico-matemáticas características, tais como a comutatividade, a recorrência, a conexidade.

Por outro lado, é conhecida a ampla capacidade de compreensão das crianças quanto o repartir coleções é precoce e eficiente, realizações infantis, ainda que em formas rudimentares, que tem alimentado as discussões sobre a compreensão da operação de divisão (Correa, 1996; Correa, Nunes & Braga, 1980; Dayan, 1985).

Se repartir coleções (mediante estruturas originais, muitas vezes apoiadas em representações visuais), é considerado relativamente fácil para as crianças, demonstrado que é complexo, para elas compreender as relações específicas da divisão (Kornilaki & Nunes, 1999; Nunes & Bryant, 1996; Nunes & Bryant, 1998).

Bryant (2002), por exemplo, apontam menor dificuldade na obtenção do quociente quando o dividendo aparece às crianças (em desenho de elementos) agrupado pelo divisor em divisão por partição, e pelo quociente em divisão por quota, em comparação com o inverso (agrupar pelo quociente em divisão por partição, agrupar pelo divisor em divisão por quota). Isto ocorreria por apoiar-se a criança no esquema de fazer “porções” ao repartir, o que seria psicologicamente diferente conforme os dois tipos de problemas.

Em suma, essas proposições são as que nos fizeram escolher, para este estudo, as tarefas de igualização de parcelas desiguais, e a de repartição de grandezas com problemas do tipo divisão por partição (dado o dividendo e o divisor, descobrir a extensão da parte).

Método

Os participantes do estudo foram 12 alunos (de 6,4 a 9,5 anos de idade), de duas escolas públicas de municípios diferentes, sendo seis de 1^a série e seis de 2^a série do ensino fundamental. Estas escolas localizam-se na periferia urbana de duas grandes áreas metropolitanas.

Por conta de o projeto de investigação em que este estudo está inserido também voltar-se ao exame das formas de trocas sociais infantis durante a realização das tarefas (dimensão esta não aqui abordada, por causa da necessária delimitação deste texto), os participantes foram agrupados em triâdes por sorteio aleatório. Esse sorteio para a composição das triâdes seguiu o critério da defasagem ótima (Doise & Mugny, 1981).³

As tarefas oferecidas podem ser caracterizadas como situações-problema de conteúdo aritmético. Propostas oralmente pelo pesquisador para solução conjunta dos componentes das tríades segundo estratégias próprias de cada um deles, as tarefas ocorreram, conforme acima justificado, em ciclos alternados de: solução prática com apoio no material com interpretação simultânea e final do executado; produção de notações e interpretação das

desafiar mediante perguntas a menos avançadas para a busca de que assim estão todos com o mesmo intermediar as diferentes soluções para provocar-lhes alterações e reagir de uma e outra delas (“... olhem só, mas é que...”); ou seja, será que pode também ser assim?... Expostos na parte de resultados, os resultados de intervenção podem ser identificados.

O material utilizado consiste em fichas de plástico (mesma cor), umas que se repartindo-a em duas metades, cartolina, canetas hidrocor. As fichas devem ser adaptadas conforme suas propriedades e problemas, por exemplo: fichas com dois bonecos, ou para serem re-

As tarefas centradas na igualdade (na sessão) pediam especificamente:

- a composição e identificação de equivalentes, de uma adição de crianças, em sua vez (“rodar” a 16 elementos, seguida da indicação de diferença. Por exemplo: para “... é para descobrir qual é o boneco...”, e “... descobrir o que é o que é o que é o que é mais.., ou a menos que o outro...”);
 - a igualização, sem referentes identificados. Por exemplo, os elementos “... agora, o que é que os bonecos ficarem com a mesma quantidade de balas?...”, “...por que ficaram iguais?...” (Piaget, 1996; Piaget & Szemere, 1996).

convidadas a produzir notações a respeito do que fora obtido e interpretar a respectiva notação produzida: “Marquem, agora, como vocês quiserem, o que o Juc fez, o que aconteceu quando ele repartiu as fichas...”; “por que você marcou isto assim?...”, “...o que você quis dizer com este desenho?”.

O registro dos dados ocorreu pela gravação em vídeo e a posterior transcrição, para cada tríade, de todos eventos gravados (ações, verbalizações das crianças e do adulto) de toda a seqüência das tarefas.

A análise dos dados, de ordem qualitativa e microgenética, foi realizada, primeiro, com a identificação das características centrais das notações produzidas e das interpretações das crianças sobre elas; depois, com a descrição, em categorias principais, dos tipos de notação tal como interpretadas pelas crianças, segundo sua significação no processo de elaboração estudado (Gardin, 1974; Gillièron, 1980). Para tanto, recorreu-se a indicadores oferecidos por alguns dos autores de referência já indicados neste texto. Por exemplo, de Vergnaud (1985, 1989-1990, 1990) relações entre estado inicial, transformação e estado final em problemas aditivo-subtrativos; de A. Sinclair (1990) a tipologia de notações infantis para coleções de extensão reduzida.

Resultados

Nos três itens que seguem, descrevemos os diferentes tipos de notações interpretadas que encontramos, agrupados em suas categorias: no primeiro item, as notações produzidas quando da composição e identificação das duas parcelas não equivalentes de uma adição; no segundo item, as notações de igualização das parcelas não equivalentes; e no terceiro, as notações produzidas quando da repartição das coleções em 2, 3 e 4 partes iguais.

Nesses três itens, e para cada categoria, os tipos de notação são descritos dos menos aos mais avançados, conforme a avaliação qualitativa deles efetuada como expressão das relações aritméticas trabalhadas com o material, sempre levando em conta as interpretações que seu autor fez sobre

posterior, pertinente ou não, de uma parcela. Por exemplo:

- triade 1^aS, 1^a ses., 2^a rod., para parcelas c (desenha 9 fichas, adiante 1 ficha): "...coloque coleção desenhada); exp: "Marcou cada parada Ade: "Tudo, ... este não..." (aponta desenho)
 - b) as duas parcelas, equivalentes à compostas, em geral reconhecidas como numerosas, anunciados seus valores, seguições formas de controle são usadas na produção: contagem unitária, empilhamento de elementos, sub-parcelamento das parcelas numerosas (10, 11). Por vezes, é identificada a diferença entre as parcelas; mas, exemplo, apontada a redistribuição eqüitativa de bens para igualizar as parcelas, com exclusão de um. Por exemplo(Figura 1):
 - triade 2^aS, 1^a ses., 2^a rod., para parcelas c, após Jes apontar 11-2= 9, exp: "Quatro (desenho de 11) tiveram que vir para este lado, pra ficar 6 e 6?"; Dei (mão em cima de 11, logo, 11- 4): "Quatro.;" exp: "É isto que é o lado de lá?"; Dei: (acena sim); exp: "Sete e seis de lado de lá? (em 11- 4)"; Dei: "Sete.;" Jes: "Dois.;" Dei: "Seis" (desenho de parcelas); "Sete e seis? E daí, era a mesma coisa aí.;" exp: "Não.;" Dei: "Não.... tem que tirá um (7- 1)." (Figura 1)

2. *Algarismos:*

 - a) traçados em duas seqüências, cada uma com extensão de cada parcela. Cada algarismo é um elemento das parcelas. Por exemplo:
 - triade 1^aS, 1^a ses., 2^a rod., para parcelas c, Flo (traça 1,2,3, depois 1,2,3,4,5,6), exp: "Quantos números?"; Flo: "É porque 3 e 6 chocolates..."; exp: "Sete e seis de lado de lá? (em 11- 4)"; Dei: "Sete.;" Jes: "Dois.;" Dei: "Seis" (desenho de parcelas); "Sete e seis? E daí, era a mesma coisa aí.;" exp: "Não.;" Dei: "Não.... tem que tirá um (7- 1)." (Figura 1)

- b) traçados de dois numerais, em separado, cada um correspondente à extensão cardinal de cada parcela. Por exemplo:
- triade $2^aS, 1^a$ ses., 2^a rod., para parcelas de 11 e 2 fichas, Eve (traça 11 e 2, em duas caselas) “...porque é onze e dois.”

B. Notações de igualização de duas parcelas de uma adição

1. *Desenhos* de uma ou mais coleções de elementos, representando:

- a) o total, não equivalente ou equivalente ao composto pelas parcelas trabalhadas, sem e com elemento restante. Por exemplo:
- triade $1^aP, 1^a$ ses., 1^a rod., para parcelas de 5 e 4 fichas, Luh (desenha 8 fichas) “...é tudo junto.”; (desenha mais 3 abaixo e 1 ao lado das 8, em outra cor); Jef (sobre desenho de Luh): “É o resto.”
- b) duas parcelas não igualizadas, mas vistas apenas em seu total, este tornado equivalente ao total trabalhado mediante marca de exclusão de elemento. Por exemplo:
- triade $1^aP, 1^a$ ses., 3^a rod., parcelas de 5 e 5 fichas, Jef (desenha 4 fichas; em separado e alinhadas, outras 7 fichas, aponta-as todas, risca uma ficha das 7, aponta todos os desenhos) “Dez.... tudo.”
- c) duas parcelas não igualizadas, a mais numerosa vista como equivalente à primeira por correspondência global/espacial. Seu total, não equivalente ao trabalhado, é avaliado como tal. Por exemplo (Figura 2):
- triade $1^aP, 1^a$ ses., 1^a rod., para parcelas de 4 e 4 fichas em total de 9 fichas, Jef (desenha 4 fichas grandes alinhadas; acima, desenha 5 fichas menores, alinhando-as nos extremos do espaço com as 4 anteriores; desenha mais uma ficha em espaço vazio, parcela = 6): “...tá igual.” (conta todos os desenhos...): “Nove.”
- d) duas parcelas igualizadas, de extensão não correspondente à das parcelas trabalhadas, mas cuja adição equívale à do

total original, conforme marcação e assim interpretado. Por exemplo:

- triade $2^aP, 1^a$ ses., 3^a rod., para parcelas de 11 e 2 fichas, Ann (desenha 5 e 5 fichas e coloca seis em tudo.” [...]]; exp: (aponta) “Aqui tem seis?”, Ann (aponta dois). (risca 2 desenhos de cada lado, ela (Ann) tirou dois de um lado, seis”. Exp: “E daí, quantos ficaram?”, Ann: “Três...” (desenha uma). risca este desenho e o algarismo.



Figura 3. A igualização

- e) parcelas igualizadas cuja soma é equivalente ao total trabalhado mediante:
- (1) duplicação do número de parcelas, equivalente às igualizadas, com excedentes. Por exemplo:
- triade $2^aS, 1^a$ ses., 1^a rod., para parcelas de 6 e 6 fichas, Jes (em separado, desenha 6 e 6); exp: “E estes daqui... (sinaliza que o resto não foi marcado); “...seis de um lado, seis de outro...”; Jes: “É igual.”
- (2) duplicação da extensão das parcelas, equivalente ao total. São vistas a extensão das parcelas originais e das parcelas igualizadas.
- triade $2^aS, 1^a$ ses., 1^a rod., para parcelas de 6 e 6 fichas, Jes (em separado, desenha 6 e 6); exp: “E estes daqui... (sinaliza que o resto não foi marcado); “...seis de um lado, seis de outro...”; Jes: “É igual.”

- triade 1^aS, 1^a ses., 1^a rod., para parcelas de 5 e 5 fichas em total de 11 fichas, Flo (desenha, alinhados, 5 e 5 traços...) (adiante, olhando Eri, que desenha uma ficha à parte...); Flo (afastado, faz um traço): “É cinco e cinco.”; exp: “Para os dois bonecos?”; Flo (aceno afirmativo); exp: “Como foi que fez?”; Flo (silêncio); exp: “É este?”(traço à parte); Flo: “É a sobra.”
- g) de duas parcelas desiguais, o estado inicial das parcelas trabalhadas, e que têm sua igualização representada por:
 - (1) marcas de subtração do excedente de uma das parcelas, identificado como resto. Por exemplo (Figura 4):
 - triade 2^aP, 1^a ses., 2^a rod., para parcelas de 5 e 5 fichas, antes de 6 e 5 fichas, Ju (desenha 6 e 5 fichas, “borra” desenho de uma ficha em um lado, aponta tudo): “Cinco e cinco, ... é como era no começo...”.

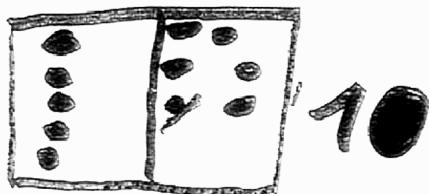


Figura 4. A igualização das parcelas 6 e 5.

- (2) traçado delimitador, na parcela mais numerosa, para a diferença em relação à parcela menos numerosa, antecedido por gestos. Aquela diferença é vista como diferença absoluta a subtrair de uma parcela ou como diferença a distribuir entre as parcelas. Por exemplo:
- triade 2^aS, 1^a ses., 3^a rod., para parcelas de 5 e 5 fichas, antes de 7 e 3 fichas, exp (para desenho de 7 e 3 fichas de Dei e Jes: “Quantas têm que passar para ficar mesmo tanto igual?”; Dei (aponta cada desenho da parcela =3, levanta 3 dedos, aponta 3 desenhos na parcela =7 e os 3 parcela =3, sobre com dedos os 3 da parcela =7, aponta 3 desenhos parcela=3, levanta um dedo e o põe em cima

=3); exp: “E dai, dá pra ficar a mesma.” “Não, dai (com gesto) tem que pôr uma outra.”; exp (apontando desenho parcela mas dá pra descobrir aqui, quantos tem que sair de cada parcela pra ir para lá?”; Dei: “Quer desenhos); exp: “Quatro, mesmo? De onde fazer?”; Dei: (aponta cada parcela desenhada e faz aceno negativo).

2. Algarismos:

- a) traçado repetido (duas vezes) de numero não a cada parcela trabalhada, mas ao resultado da adição de ambas. São interpretados como parcelas, o que leva à rememoração da experiência original, com decorrente indicação de excesso. Por exemplo:
- triade 2^aS, 1^a ses., 2^a rod., para parcelas de 6 e 6 fichas, Eve (traça 12 e 12 em separado); (...) “Não! Tinha seis de um lado e seis de outro.”, “marcaram doze, não era tudo o que tinha na mão.”
- b) traçados como “etiqueta” de desenho, visto como resultado da adição das mesmas parcelas cardinais. Por exemplo:
- triade 2^aP, 1^a ses., 3^a rod., para parcelas de 3 e 3 fichas (para desenhos de 3 e 3 fichas escreve 6 acima; aponta cada desenho): “É em trinta.” A análise das notações descritas mostra a ausência de relação hierárquica entre a estrutura principal encontradas, desenhos e algarismos, o critério de significação das relações é a igualdade entre as parcelas trabalhadas quando de sua produção e interpretação.
- Tendências específicas de construção de relações podem ser constatadas nas produções de cada categoria. São elas:
- do registro de estados (inicial e final) e transformações aditivo-subtrativas entre coleções (Vergnaud, 1985, 1989-1990)

numerosa dos elementos da menos numerosa, um a um (por *counting on first*, segundo Baroody & Ginsburg, 1986).

- da idéia, ainda predominante, de que elementos excedentes de uma parcela devem ser subtraídos na igualização, mas não acrescentados à outra parcela, na recomposição das quantidades mediante transformações coordenadas +1, -1 (da exclusão de elementos das parcelas para a sua inclusão por redistribuição). Logo, é excepcional a idéia de que a igualização das parcelas decorre de transformações aditivo-subtrativas de elementos de estados iniciais (as parcelas não igualizadas), do que somente um caso foi encontrado: Ju (2ª P, 1ª ses., 1ª rod.), de parcelas 6 e 2 faz a adição de 2 fichas da parcela 6 à parcela 2, obtendo parcelas iguais 4 e 4.
 - da atribuição de medidas absolutas, isoladas, às parcelas (“mais”, “menos”), com valores absolutos a excluir/ subtrair quando for o caso, para a atribuição de medidas relativas em compensação (decomposição e recomposição de parcelas “a mais”, “a menos”).

C. Notações de repartição de coleções em 2, 3 e 4 partes

1. Desenhos de coleções de elementos, vistos como:
 - a) total (dividendo) não equivalente ou equivalente ao trabalhado. Por exemplo:
 - tríade 1^a P, 2^a ses., 1^a rod., para $13 \div 3$, Luh (desenho 9 fichas, aponta cada, desenha 4 fichas abaixo, aponta todas); exp: “Por que você fez estas bolinhas?”, Luh (silêncio); exp: “Mas antes você contou estas bolinhas.”; Luh: “Treze.”; exp: “Por quê?”, Luh: “Porque tinha treze ali”.
 - b) partes da repartição, em número (divisor) e extensão numérica (quociente) não equivalentes às trabalhadas, sem e com resto pertinente. Por vezes, as partes têm extensão conforme a do total (dividendo), duplicando-o (repartição por 2); e/ou têm elementos excedentes “subtraídos” para igualização, mas nem sempre distribuídos/acrescentados à(s) outra(s) parte(s). Formas de controle (contagem unitária, emparelhamento espacial,

com resto pertinente. São tais controles (contagem unitária) elementos a cada parte, sub-partes ao serem desenhadas partes (acima de 5). Por exemplo (Lembrando triângulo 2^a S, 3^a ses, 1^a rod, para em separado 4, 4 e 4 fichas, de jeito, fiz quatro, quatro e quatro.” “Aqui?” (apontando 1 ficha desenhada); exp: “Quatro pra você?”; Eve: “Cada parte); exp: “Então, em ‘Eram treze.’” (gesto para todos)



Figura 5. As partes e

- d) total e, em separado, suas pertinente. É excepcional alguma vez que o resultado é total e separado.

fichas desenhadas) ...foi repartido em quatro." (aponta desenho de 4 fichas e de uma, riscado); exp: "E quantas ficaram para cada um?"; Eri: "Três." (apontando 3 fichas desenhadas); Eri (desenha outras 3 fichas) "...o resto."

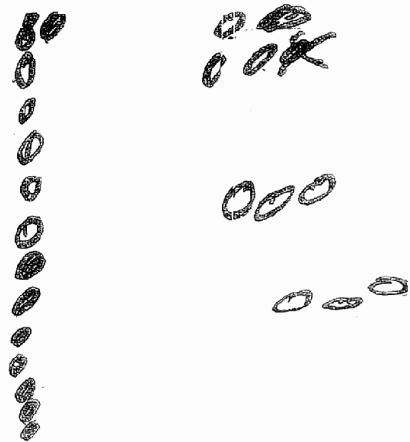


Figura 6. A repartição $15 \div 3$.

- triade 2^aS, 2^a ses., 2^a rod., para $10 \div 2$, Dei (para desenho de duas partes de 5 fichas): "Tava dez, depois repartiu e ficou cinco pra cada lado." (aponta cada parte desenhada); exp: "Repartiu em partes?"; Dei: "Em duas, dois."
- f) total (dividendo) não equivalente ou equivalente ao trabalhado, contendo as partes resultantes da repartição (marcadas no próprio total), sem e com resto pertinente. Por exemplo (Figura 7):
- triade 2^a S, 3^a ses., 3^a rod., para $18 \div 4$, Dei (desenha de 3 em 3, 18 fichas, apontando fichas, traça linha contornando cada 4 desenhos, de cima para baixo e ao lado; após Eve, traça 18 ao lado com contorno); exp: "Repartiu dezoito em quantas partes?"; Dei e Jes: "Quatro."; Dei: "...quatro, quatro,

"quatro e quatro..." (apontando cada parte) sobrou dois (aponta 2 fichas desenhadas)

2. Algarismos:

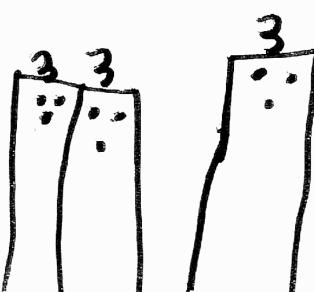
- a) traçado, em sentido inverso, mas na ordem de duas seqüências de numerais, sem misturando-os com outros sinais. Cada símbolo é dado pela extensão da parte obtida da cada traçado representando um elemento (Figura 8):
- triade 1^a P, 1^a ses., 1^a rod., para $12 \div 2$, B (esquerda escreve 1,2,3,5,6,6, adiante 1, estrela entre as duas séries) "... seis de um



Figura 8. São 12 repartidos p

(aponta cada algarismo, escreve 4 e 5 em uma das séries).

- b) traçado de numeral como "etiqueta" desenhadas, as partes obtidas e/ou sua adição. Nem sempre corresponde à das quantidades desenhadas, embora trabalhado com o material. Por exemplo
- triade 2^a P, 2^a ses., 3^a rod., para $12 \div 4$, L (de cada uma das quatro partes de 3 desenhadas, para duas partes juntas) "... em tudo a



- triade 2^aS, 2^a ses., 2^a rod., para $10 \div 2$, Jes (escreve $5+5=10$, abaixo $5+5=10$) "...eu fiz a conta... (aponta expressões escritas)... de cinco mais cinco dez?"; exp: "O que você fez com os dez? O que o Dei fez com os dez aquela hora?" Jes: "Ele juntou cinco e cinco..." (aponta cada expressão).
- d) traçado repetido e separado de numeral correspondente à extensão das partes, lido como resultado da ação de repartir, sem e com resto pertinente e, por vezes, com numeral para o total repartido. Por exemplo:
- triade 2^aS, 2^a ses., 1^a rod., para $14 \div 2$, Eve (desenha caixa, traça 7 de um lado e 7 de outro) "...que é sete para cada um.;" "... tudo junto, quatorze.;" exp: "Em quantas partes você dividiu os quatorze?"; Eve: "Duas.;" exp: "E quantos ficaram pra cada boneco?"; Eve: "Sete.;"

3. Escrita alfabetica:

- a) escrita da resposta ao problema trabalhado no formato escolar tradicional, com marca repetida de algarismo, para duas partes, a do próprio sujeito e a do adulto. Contém a idéia de que o resultado do repartir é a extensão numérica da parte de cada um e de apenas alguns dos parceiros da repartição. Por exemplo (Figuras 10a e 10b):
- triade 2^aP, 2^a ses., 3^a rod., para $12 \div 4 = 3$, Ann (escreve: R: CUANTAS BOLACHAS/ SÃO e abaixo, separados, 3 e 3); enquanto Ju (escreve R: CUANTAS BOLACHAS 33; Le (escreve: R: CUANTAS BOLACHAS/ SÃO); exp: "Quantas bolachas, vocês escreveram ai?"; Ju: "Ahn! Ahn!"; exp: "É a resposta?"; Ann: "Ahn! Ahn!"; exp: "...quantas bolachas, pra quantas pessoas?"; Ann: "Três."; exp: "Três, o

R: CUANTAS
BOLACHAS SÃO
3 3

Figura 10a. As duas partes para $12 \div 4$ (de Ann).

R: CUANTAS BOLACHAS 33

Figura 10b. As duas partes para $12 \div 4$ (de Ju).

hierarquia entre elas. Assim, o significado do repartir expresso na interpretação das notações, puder-se dizer, sobretudo pelo desenho que as crianças fazem, que conceber a divisão são expressões de algarismos e por escrita alfabetica, que, por sua parte, formas aditivas de conceber a divisão, em repetir partes iguais, uma das marcas mais marcantes dessa forma de conceber.

Diversamente, também, do que ocorre na igualização de parcelas, as notações que as crianças fazem, ao trazem, em geral, tanto o resultado (parte final) quanto o resultado (parte final) e, depois, o inicio da transformação efetuada. A transformação registrada por traços de separação, por essa perspectiva, manifesta-se a cada etapa da transformação, o estado final da transformação, essa transformação, marcar a transformação (Vergnaud, 1985, 1990).

Assim sendo, as características dos modos de sua produção e suas variações, que são, ao menos três principais formas, hão de ser consideradas, de acordo com as crianças estudadas trataram de conceber a noção de divisão, concepção de divisão, concepção elementar de divisão.

A primeira dessas formas, de acordo com a idéia de que partes não resultam da divisão. Predomina a idéia de que o resultado da divisão é mantido, apesar de rememorada a parte anterior de seus elementos em sua forma equivalente ou equivalente ao resultado.

A segunda, da concepção de divisão, se mediante as seguintes variações:

1^a- presença da idéia de que as partes equivalentes resultam da repartição, de modo que metades podem ser obtidas, sem que haja qualquer extensão.

2^a- presença da idéia de que

partes (divisor) pode ser ou não o da repartição antes trabalhada.

A terceira forma, a concepção elementar de divisão, manifesta-se pela:

1^a- presença de idéia básica do repartir com ênfase no resultado da ação. Mediante provocação, ocorrem identificações pontuais: do dividendo, das partes obtidas como sendo “de todos e de cada um”, do resto. Há ainda confusão entre divisor e quociente e entre dividendo e quociente, e o resto admitido é somente o de um elemento.

2^a- presença da idéia elementar de divisão, com identificações dos termos da operação e das relações entre eles, com ênfase na descrição da ação de repartir.

Discussão e Considerações Finais

Em atenção ao primeiro objetivo deste estudo, a descrição das notações das crianças confirmou a presença esperada de desenhos, algarismos e escritas alfabéticas, como suas principais categorias. Presença esperada porque os principais tipos de marcas de que a cultura humana se serve para registrar sua quantificação da realidade (H. Sinclair, 1990) foram sugeridas pelo adulto durante as tarefas, ali aparecendo, inclusive, combinadas entre si.

Esse emprego combinado de marcas das diferentes categorias salienta a rica atividade infantil de representação, quando as crianças mostram-se capazes de lançar mão dos recursos de que dispõem para “dizer” o que assimilaram das tarefas. Em particular, o frequente uso de desenho com algarismos, estes tantas vezes empregados como “etiqueta” do desenho para “deixar clara” a significação do desenhado, pode ser visto como indício de que, se têm algum conhecimento de tais formas de notação, podem as crianças ativamente passar de uma forma à outra. Isto lhes possibilita fazer as correspondências entre essas diferentes formas ao representar um mesmo significado, algo fundamental para a construção conceitual (Vergnaud, 1985).

Também, o emprego significativo pelas crianças de formas de marcar quantidades de que têm algum domínio

das ações e seus resultados na construção focalizadas.

Porém, a análise do processo de produção que fizemos não permite demonstrar o que é supostamente necessário e fundamental, de tomada de consciência conforme a perspectiva de Piaget (1974, 1978). Não analisamos a relação qualitativas entre as referidas realizações, entre a transformação, e as execuções práticas que as antecediam ou sucediam. Esta é uma tarefa que resultados do presente trabalho nos encoraja a fazer. Somente, indícios fortes da ocorrência da transformação assinalarmos o quanto, para muitas das crianças, a interpretação de suas notações e/ou das notações dos parceiros o que desencadeou hesitação e/ou ação de suas próprias marcas, com muitas alternativas, seguindo.

É segundo a idéia da provável relevância da consciência de suas produções para a conceitualização, que os resultados do estudo mostram, novamente, a necessidade de que, na construção da compreensão dos sistemas de notação matemática, a transformadora inerente à construção dos conceitos da área.

Outra dimensão de interesse de nossa pesquisa é a questão da hierarquia entre desenhos e algarismos, de que a literatura sobre notação matemática coloca (H. Sinclair, 1988; A. Sinclair, 1990). No entanto, no conjunto das notações obtidas, há ausência de hierarquia entre notações de igualização, mas entre elas e as notações de soma, subtração, multiplicação e divisão, aquela hierarquia se esboça. Ademais, essas notações são usadas para registrar as repartições.

A ausência da hierarquia entre notações de soma e subtração, entre desenho e algarismos pode ser atribuída ao processo de mecanização dos numerais, assim aprendidos. As crianças, que apesar de terem aprendido os numerais então evocados ao acaso, sem qualquer organização, conseguem fazer a transformação para a notação quantitativa mais avançada (Gelman & Gelman, 1973). No entanto, no caso das notações de parcelas não igualadas, a hierarquia entre elas é claramente estabelecida.

conceitos trabalhados em que as crianças se encontram. Isto nos leva à proposição de que, não só a apreensão dos conceitos e a representação semiótica seriam mesmo processos inseparáveis (Teixeira, 2001), mas também que, em situação pedagógica mais favorável àquela apreensão, as crianças podem ativamente reorganizar seus recursos de representação, inclusive dando novo sentido aos símbolos da matemática escolar aos quais já tenham sido expostas.

Porém, o que dizer sobre a hierarquia relativa entre desenhos, por um lado, e algarismos e escritas alfabéticas pelo outro, nas tarefas de repartição? E sobre o fato de escritas alfabéticas terem aparecido somente para marcar as repartições?

Muitos dos argumentos acima expostos mais a idéia da inseparabilidade entre a apreensão conceitual e a representação semiótica podem explicar também o fato de os desenhos serem notações de repartição pelas quais formas mais adiantadas de conceber a divisão são representadas, enquanto algarismos e escritas alfabéticas expressam formas menos adiantadas, em especial, a concepção aditiva de divisão. Para as crianças cuja apreensão conceitual da divisão é mais avançada, ainda que elementar, como descrito, não poderia ser diferente: o desenho, uma forma de representação icônica, está, em geral, disponível em seu repertório, antes da escrita de algarismos e da escrita alfabética. Assim, o desenho vem-lhes a ser um recurso praticamente “natural” para marcar: o total repartido, o resultado dessa repartição e a ação mesma de repartir (a transformação).

Embora já dominando a divisão naquele plano mais avançado, crianças, como as estudadas, desconhecem ainda os sinais aritméticos para a divisão, as formas canônicas de expressar as relações de divisão. Porém, já podem formular algumas dessas relações a seu modo; por exemplo, na falta de outro recurso, podem dispor da escrita alfabética para descrever o repartir efetuado, ainda que esse tipo de notação tenha seus limites, do que adviria sua baixa freqüência no estudo.

Já para as crianças cuja compreensão da divisão é ainda

icônica, servem, mas não obrigatoriamente, recursos de formas mais avançadas de construção, que não são focalizadas, antes de algarismos e escritas alfabéticas. Estes tipos de notação estão disponíveis, paralelamente, posto que desempenham funções de habilidades específicas relativas ao processo de aprendizagem de matemática.

No entanto, o nível de aprendizagem que as crianças estão em que estão as crianças é crucial para a efetivação significativamente dessa compreensão. A margem é dada, na escola, para que as crianças possam trabalharem conceitos e relações de divisão, e que uma notação que lhes tenha sentido para a ação que estão compreendendo, elas possam usar os tipos de marcas que conhecem e que sentem que estão compreendendo.

Uma outra diferença entre as tarefas de igualização e de repartição é que, na tarefa de igualização, as crianças produzem marcas para os estados, inicial (total) e final (total e seu total), enquanto que nas tarefas de repartição, produzem marcas para o estado final (resultado do repartir). Porém, as marcas para a transformação efetuada na tarefa de repartição e as marcas para as transformações aditivas e subtrativas na tarefa de igualização são muito semelhantes e desiguais são muito pouco e de forma similar. Qual é a razão dessa diferença?

Nas tarefas de igualização e de repartição, as crianças produzem marcas para os estados, inicial e final, e observar as parcelas antes e depois da transformação (se elas são equivalentes ou não). Passavam horas desenhando o total (conferindo se o resultado era igual ao total), desenhando e/ou os das parcelas, resultando marcas para os estados, e para a ações aditivas ou subtrativas. As transformações aditivas e subtrativas, mesmo sendo evocadas às questões, não eram vistas como algo a ser feito, mesmo porque o desenho da transformação era resultado da ação aditiva, ao mesmo tempo que a ação subtrativa era resultado da ação aditiva.

Entretanto, nessas mesmas tarefas, as crianças produzem marcas para os estados, inicial e final, e observar as parcelas antes e depois da transformação (se elas são equivalentes ou não).

Desse modo, o expressivo predomínio de notações de estados (inicial e final) em relação a marcas para as transformações nos dizem que muitas das nossas crianças encontravam-se em um patamar ainda elementar de compreensão da composição de duas grandezas em uma terceira, uma das relações aditivas básicas (Vergnaud, 1985, 1989-1990, 1991). Teriam elas uma apreensão ainda muito figurativa dos estados inicial e final, este um total obtido pela iteração de ações de acrescentar (+1, +1...) também preponderantes em relação ao retirar iterativo (-1, -1...). A propósito, essa apreensão predominantemente figurativa é que daria sentido à idéia inicial de que somente parcelas iguais, simétricas, é que seriam adicionáveis.

Assim, o adicionar transformador das parcelas em outra grandeza não teria sido entendido por muitas das crianças e, muito menos, o teria o seu inverso, o subtrair. Não haveria ainda dessas crianças a tomada de consciência da relação de transformação aditiva de uma grandeza inicial em uma final e, então, da ação inversa de decomposição para obter parcelas quaisquer, cuja adição corresponde a esse mesmo total, mesmo porque também não estariam elas atribuindo valores cardinais estáveis a tais quantidades (exceto às de extensão numérica muito limitada). É importante lembrar que essa atribuição é tida como fruto de uma construção complexa das estruturas aditivas em seus níveis diversos (Vergnaud, 1981, 1991).

Em consequência, limitaram-se nossas crianças, em maioria, à idéia da subtração como perda de elementos. Estes tanto ficam “perdidos” que nem foram lembrados como tendo sido acrescentados à outra parcela para a igualização; ou nem foram lembrados como acrescentados, ficando excluídos na obtenção daquela igualização, conforme uma das tendências de construção que descrevemos. As comparações entre grandezas caracterizaram-se assim pela atribuição de grandezas absolutas na avaliação de cada parcela, ausentes as avaliações relativas ligadas a concepções mais avançadas de subtração (o resultado como quantidade complementar ou como diferença relativa entre estados iniciais e finais).

desenho da coleção total, assim registrando o dividendo) seguido da ação que o transforma

Por outro lado, da literatura referida temos notícias das crianças em repartir coleções por distinções principais, quando da repartição em partes iguais. Nesse caso, o repartir seria também mais facilmente realizável, uma vez que as transformações aditivo-subtrativas de elementos (as que resultam, sobretudo, em parcelas que sejam partes iguais, simétricas, seriam mais pregeadas). A idéia inicial figurativa das crianças do que partilhar é que as parcelas de que se compõem um total. Esse aspecto, que é de grande importância, é que as significações de ordem afetivo-social que resultantes do repartir terem que ser interpretadas (presente nas falas das crianças) pode falar a favor de que o repartir é marcante do repartir nas produções infantis.

Entretanto, nenhuma marca para traçar a ação de repartir foi feita por crianças que não dispunham de uma noção de divisão. Mesmo provocadas a fazer a divisão recém executada, essas crianças limitavam-se a desenhar a coleção total, muitas vezes a parte que era de todos os elementos arranjados nas parcelas.

Vemos assim que, afora as peculiaridades de que a ação de repartir no repertório de crianças com idades entre 5 e 7 anos é marcante, também nesse caso há que se levar em consideração que, ao lado de compreensão da divisão identificados, existem outras que estão estreitamente ligados àquela presente. A compreensão de qualquer idéia de divisão, de fato não é necessariamente significativamente aquela transformação, ao contrário, as ações de compreensão correspondem expectativa de que a ação de repartir como ação que produz a) parcelas adicionáveis, como no caso da concepção de que as parcelas desenhadas ou com algarismos, ou b) parcelas que estão contidas certo número de vezes na coleção total, ou a elas correspondem, como também é o caso de que cada termo de uma divisão.

As tendências específicas de construção aditivo-subtrativas que puderam ser observadas nas notações interpretadas apontam, com certeza, para a possibilidade de que a ação de repartir é marcante, mas que a ação de compreensão da divisão é de menor intensidade.

A análise das notações descritas muito parece dizer sobre a relevância da composição e da decomposição de grandezas, uma expressão da relação parte-todo, na identificação das raízes das estruturas multiplicativas nas aditivas porque: a) no caso da adição-subtração, tais esquemas produzem parcelas de grandezas diversas; assim, combinando-se em um sistema de transformações, permitem apreender tais parcelas como transformáveis a cada e a qualquer momento sem alteração de seu total; b) no caso da divisão, a faceta ora abordada das estruturas multiplicativas, aqueles esquemas (compor-decompor grandezas), como transformadores, encaminhariam a obtenção e a identificação de partes de extensão equivalente e em certo número (como componentes do todo), colocando em cena os termos da divisão e as relações entre eles.

Nessa ótica, as ações de igualar e desigualar em ligação estreita com as de repartir quantidades numéricas seriam centrais para, interdependentes, ativar a coordenação entre estados, logo, a conceitualização de ações de transformação, uma das possíveis formas de ver a inter-relação das estruturas aditivas com as multiplicativas.

Porém, nossos resultados também indicam que o lugar atribuído ao compor e ao decompor partes na psicogênese das estruturas multiplicativas nas aditivas focalizadas não exclui outros invariantes de relevância. O que encontramos aponta, mais uma vez, para o que é tido como uma construção árdua e lenta de relações aritméticas, um processo que apoia-se em diversos invariantes em elaboração, entre os quais a correspondência operatória, logo reversível, entre quantidades. Vemos esta, em conjunto com a relação inclusiva parte-todo da composição-decomposição aditivo-subtrativa, como de presença necessária na compreensão da cardinalidade das coleções numéricas.

As notações que obtivemos muito sugerem sobre o significado da compreensão do valor cardinal das coleções no domínio e avanço das relações aritméticas para outros planos. Mas também a idéia da cardinalidade é construída em trama conjunta progressiva com os demais invariantes o que, no caso das relações da divisão (entre dividendo, divisor

essencial para que as crianças puderem construir estruturas aditivo-subtrativas reversíveis, lógicas e identificar o número de partes que compõem a totalidade e a extensão dessas partes.

Ao argumentar a favor da relevância das estruturas aditivas, esquemas na passagem das estruturas multiplicativas elementares, como fizemos na discussão anterior, excluindo a probabilidade de nenhuma das estruturas ser mais centrais, estarem no âmbito da psicogenética. Por conseguinte, os invariantes que são necessários para melhor esclarecer a construção da aritmética infantil.

Para finalizar, destacamos que a constatação de que as crianças permitiu-nos chegar a uma compreensão das raízes de estruturas multiplicativas, que é fundamental, é claro que a construção desses invariantes é fundamental, como se faz no processo mesmo de aprendizagem. Então, novamente destacamos que a constatação da produção de notações significativas é fundamental para a pedagogia de relevo na elaboração de invariantes numérica, como parte inerente da construção da matemática.

Referências

- Baroody, A. J. & Ginsburg, H. F. (1986). The development of children's part-whole knowledge and mechanical knowledge of arithmetic operations: The case of mathematics. Lawrence Erlbaum.
- Bideaud, J., Meljac, C. & Fischer, J. P. (Orgs.). (1992). Math-École, 23(112), 2-11.
- Brun, J., Giassi, J. M. & Henriques, A. (1986). Math-École, 23(112), 2-11.
- Carraher, T., Carraher, D. & Schliemann, A. (Orgs.). (1992). Math-École, 23(112), 2-11.
- Correa, J. (1996). A compreensão inicial do conceito de cardinalidade. In M. H. Novaes (Org.), *Matemática na educação: Articulação entre pesquisa, formação e prática*. ANPEPP, vol 1, n° 5, pp. 151-165.
- Correa, J. (1998). A compreensão do conceito de cardinalidade. In M. H. Novaes (Org.), *Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia da Educação*. ANPEPP, vol 1, n° 5, pp. 151-165.
- Correa, J., Nunes, T. & Bryant, P. (1998). Young children's understanding of division. *Journal of Educational Psychology*, 90(2), 321-328.

- Janvier, C. (Org) (1987). *Problems of representation in the teaching and learning of mathematics*. London/Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Kamii, C. & DeClark, G. (1985). *Young children reinvent mathematics*. New York/London: Teachers College Press.
- Kornilaki, E. & Nunes, T. (1999). Do multiplication and division develop in parallel or as co-ordinated operations? Em European Society of Developmental Psychology (Org), *IXth European Conference on Developmental Psychology: Human Development at the Turn of the Century. Abstracts* (pp. 389-390). Spetses: ESDP/University of Athens.
- Lerner de Zunino, D. (1995). *A matemática da escola: Aqui e agora*. (J. A. Llorens, Trad.) (2^a ed.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original s/d)
- Lerner, D. & Sadovsky, P. (1996). O sistema de numeração: Um problema didático. Em C. Parra & I. Saiz (Orgs.), *Didática da matemática. Reflexões psicopedagógicas* (J. A. Llorens, Trad.) (pp. 73-155). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1994)
- Moro, M. L. F. (1999). Aprendizagem construtivista de estruturas aditivas e multiplicativas na iniciação matemática. *Temas em Psicologia da SBP*, 7(3), 263-282.
- Nunes, T. & Bryant, P. (1997). *Crianças fazendo matemática* (S. Costa, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Orozco-Hormaza, M. (2002, junho). *Los errores sintácticos cuando los niños aprenden a escribir números*. Trabalho apresentado em simpósio no 32nd Annual Meeting of the Jean Piaget Society, Philadelphia, USA. (material não-publicado)
- Parrat-Dayan, S. (1980). *Étude génétique de l'acquisition de la notion de moitié*. Genève: Edition J. R. de Rougemont.
- Parrat-Dayan, S. (1985). À propos de la notion de moitié: Rôle du contexte expérimental. *Archives de Psychologie*, 53, 433-438.
- Perret, J.-F. (1985). *Comprendre l'écriture des nombres*. Berne Peter Lang.
- Piaget, J. (1974). *La prise de conscience*. Paris: PUF.
- Piaget, J. (1978). *Fazer e compreender*. (C. L. de P. Leite, Trad.). São Paulo: EDUSP/Melhoramentos. (Original publicado em 1974)
- Piaget, J. & Szeminska, A. (1971). *A gênese do número na criança* (C. M. Oiticica, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Tradução da 3^a edição de 1964)
- Piaget, J. (Org) (1977). *Recherches sur l'abstraction réfléchissante. 1 / L'abstraction des relations logico-arithmétiques*. Études d'Epistémologie Génétique (Vol. XXXIV). Paris: PUF.
- Piaget, J. (1996). *As formas elementares da dialética* (F. M. Luiz, Trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Original de 1980)
- Schubauer-Leoni, M.-L. & Perret-Clermont, A.-N. (1980). Interactions sociales et représentations symboliques dans le cadre de problèmes additifs. *Recherches en Didactique des Mathématiques*, 1, 2, 3, 297-350.
- Schubauer-Leoni, M.-L. & Perret-Clermont, A. -N. (1984). Construction sociale d'écritures symboliques en deuxième primaire (opérations addititives). *Interactions Didactiques*, 4, 1-40.
- Selva, A. C. V. & Brandão, A. C. P. (2000). A notação escrita na resolução de problemas por crianças pré-escolares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3) 241-249.
- Seron, X., Deloche, G. & Noël, M.-P. (1991). Un transcodage des nombres chez l'enfant: la production des chiffres sous dictée. Em J. Bideaud, C. Meljac & J. P. Fischer (Orgs.), *Les chemins du nombre* (pp. 303-327). Lille: Presses Universitaires de Lille.
- Sinclair, A. (1990). A notação numérica na criança. Em H. Sinclair (Org), *A produção de notações na criança* (M. L. F. Moro, Trad.) (pp. 71-96). São Paulo: Cortez. (Original publicado em 1988)
- Sinclair, A., Tièche-Christinat, C. & Garin, A. (1994). Comment l'enfant écrit-il les nombres écrits à plusieurs chiffres? Em M. Artigue & P. Tavignot (Orgs.), *Vingt ans de didactique des mathématiques* (pp. 243-249). Grenoble: La Pensée Sauvage.
- Sinclair, H. (1988). Learning: The interactive re-creation of mathematical knowledge. comunicado no *VI International Congress of Mathematics Education* (ICME) (mimeo).
- Sinclair, H. (1990). Introdução. Em H. Sinclair (Org), *Matemática na infância* (M. L. F. Moro, Trad.) (pp. 13-18). São Paulo: Cortez. (Original publicado em 1988)
- Sinclair, H. & Sinclair, A. (1986). Children's mastery of whole number: the construction of basic number concepts. Em J. Hiebert & M. Behr, *Procedural knowledge: The case of mathematics* (pp. 59-74). Lawrence Erlbaum.
- Squire, S. & Bryant, P. (2002). *From sharing to dividing. Young children's division*. Trabalho apresentado em simpósio no 32nd Annual Meeting of the Jean Piaget Society, Philadelphia, USA. (material não-publicado)
- Squire, S., Bryant, P. & Correa, J. (1999). Young children's understanding of division. Em European Society of Developmental Psychology (Org), *IXth European Conference on Developmental Psychology: Human Development at the Turn of the Century. Abstracts* (pp. 389). Spetses: University of Athens. (Original publicado em 1999)
- Teixeira, L. R. M. (1996). Aprendizagem inicial do valor numérico: conceituação e simbolização. Trabalho apresentado no *II Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento* (pp. 1-12). Americana pelo Centenário de Nascimento de Jean Piaget. de São Paulo. (trabalho não-publicado)
- Teixeira, L. R. M. (2001). As notações numéricas como recurso para ensino e a aprendizagem do sistema de numeração português. Em *Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia*, Rio de Janeiro: SBP/UERJ.
- Vergnaud, G. (1981). Quelques orientations théoriques et méthodologiques dans les recherches françaises en didactique des mathématiques. *Annales des Mathématiques*, 2(2), 215-232.
- Vergnaud, G. (1985). *L'enfant, la mathématique et la réalité* (3rd ed.). Paris: PUF.
- Vergnaud, G. (1989-1990). Psychologie du développement des mathématiques. Un exemple: Les structures additives. *Annales des Mathématiques*, 10(23), 133-170.
- Vergnaud, G. (1990). La théorie des champs conceptuels. *Annales des Mathématiques*, 10(23), 133-170.
- Vergnaud, G. (1991). L'appropriation du concept de nombre par l'enfant longus haleine. Em J. Bideaud, C. Meljac & J.-P. Fischer, *Le développement des mathématiques* (pp. 271-282). Lille: Presses Universitaires de Lille.
- Vergnaud, G. (1994). Le rôle de l'enseignant à la lumière de l'analyse du champ conceptuel. Em M. Artigue, R. Gras, C. Meljac & J. P. Fischer (Orgs.), *Vingt ans de didactique des mathématiques en France* (pp. 1-12). La Pensée Sauvage.
- Vergnaud, G. (1996). Au fond de l'action, la conceptualisation. Em M. Artigue, R. Gras, C. Meljac & J. P. Fischer (Orgs.), *Savoirs théoriques et savoirs d'action* (pp. 275-292). Paris: Presses Universitaires de Lille.
- Vergnaud, G. (1998). *Algebra, additive and multiplicative structures at the early secondary level*. Paris: CNRS/Université de Paris (material não-publicado)